— *Servidor celetista convertido em servidor estatutário tem direito adquirido à contagem de tempo de serviço para perceber adicional (anuênio) e licença prêmio.*

Supremo Tribunal Federal
Recurso Extraordinário n. 242.606

Recorrente: Silvanira Ramos Fagundes

Recorrida: União Federal (Sucessora do extinto INAMPS)

Relator: Sr. Ministro SYDNEY SANCHES

Despacho do Relator

DECISÃO: 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar, a 04 de junho de 1998, o R.E. nº 209.899, de que foi relator o eminente Ministro MAURÍCIO CORRÊA, por unanimidade de votos, *firmou entendimento no sentido de que o veto ao parágrafo 4º do art. 243 da Lei nº 8.112/90, “não teve o alcance pretendido, pois os servidores con-*

tratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho foram remetidos pela Lei nº 8.112/90 à condição de servidores públicos estatutários, “ex vi” do “caput” do seu artigo 243. Conseqüentemente, aplicam-se-lhes as vantagens funcionais constantes do Capítulo II do novel diploma legal (L. 8.112/90) e, em face do disposto no artigo 100, que assegura

a contagem do tempo de serviço federal para todos os efeitos, têm os recorridos o direito de perceber o adicional por tempo de serviço (anuênio) previsto no artigo 67”.

2. A orientação vem sendo seguida pela Primeira Turma, como, por exemplo, no R.E. nº 223.376, Relator Ministro MOREIRA ALVES.

3. Se assim é com relação ao adicional por tempo de serviço (art. 100 da Lei nº 8.112/90), assim há de ser também, no que concerne à licença-prêmio (art. 87).

4. Aliás, no julgamento *do R.E. nº 221.946*, de que fui Relator em data de 29 de outubro de 1998, o Plenário do S.T.F., por votação unânime, *declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 08.01.1991, que pretenderam obstar o*

exercício do direito adquirido dos celetistas, convertidos em estatutários, ao cômputo do tempo de serviço, anterior à conversão, para efeito de anuênio e licença-prêmio.

5. Adotando os fundamentos deduzidos nos precedentes referidos, e valendo-me do disposto no art. 557, § 1º do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998, conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento, para julgar procedente a ação, devendo o réu pagar à autora honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, mais as custas do processo.

6. Publique-se. Intimem-se as partes.

Brasília, 09 de março de 1999.

Ministro SYDNEY SANCHES, Relator